

O Caótico Século XXI

Paulo Fagundes Visentini



ALTA BOOKS
E D I T O R A
Rio de Janeiro, 2015

SUMÁRIO



- x • Introdução
- 1 • O Fim Da Modernidade, a Crise do Socialismo e o Novo Liberalismo
- 27 • A Europa Imobilizada Entre Dois Tempos e Dois Mundos
- 47 • A Ascensão da China e os Múltiplos Milagres Asiáticos
- 69 • Os Estados Unidos, o Terrorismo e as Guerras Sem Fim
- 93 • O Ressurgimento da Rússia e o Tabuleiro Eurasiano
- 113 • Oriente Médio, África e América Latina, Áreas em Disputa
- 141 • Os Grandes Problemas Mundiais Contemporâneos
- 151 • BRICS: O Oriente e o Sul São Uma Ameaça ao Ocidente/Norte?
- 171 • Leituras Indicadas
- 175 • Índice

INTRODUÇÃO



A passagem do século foi sinalizada pela ideia do advento de uma Nova Ordem Mundial de Paz, Democracia e Prosperidade, segundo o Presidente George Bush (pai). Essa seria uma era da integração global, de inovação tecnológica permanente e em crescente aceleração. Um planeta conectado online através da internet, onde o mercado e as grandes corporações econômicas parecem substituir o Estado e as nações. Um mundo de infinitas possibilidades se desenhava na última década do século XX, pois era o “Fim da História” (Francis Fukuyama), com o colapso do socialismo no Leste europeu e da própria União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), além de sua reforma e abertura na Ásia. E foi assim e, de certa forma, ainda o é. Mas não de maneira exclusiva.

Após uma década de panaceia universal, com o discurso neoliberal monocromático, o século XXI e o Terceiro Milênio tiveram início com a questionável eleição de George W. Bush à presidência americana e os impactantes atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 a Nova Iorque e a Washington D.C.. Seguiu-se a Guerra ao Terrorismo, uma prolongada e pouco frutífera intervenção no Afeganistão e no Oriente Médio. Eric Hobsbawm definira o século XX como “A Era dos Extremos”. Mas eram extremos claramente definidos. Já o século XXI emerge como uma caótica era de incertezas.

Mesmo havendo retornado ao poder em muitas nações, quase uma década depois, a esquerda não é mais a mesma. Ela segue abalada, em crise de identidade e sem um projeto coerente. Por outro lado, o poder americano se projeta sobre vastas regiões, mas não atingiu o objetivo de forjar estabilidade para poder renovar sua liderança mundial. O arco que vai de Berlim aos Bálcãs, norte da África, Oriente Médio e Ásia Central constitui uma zona de fratura incontrolável. O mundo segue se integrando, com uma tecnologia que avança compulsivamente (gerando novos desequilíbrios), mas algumas barreiras e controles são cada vez maiores. A própria guerra convencional mudou de natureza, cada vez mais terceirizada, com as potências empregando aliados locais, milícias de movimentos políticos ou companhias privadas de segurança.

A União Europeia, que conheceu notável expansão, vive a crise do Euro, de sua definição geopolítica e de seu modelo social. As economias das grandes democracias do Atlântico Norte e do Japão, líderes mundiais no início do século, amargam ciclos recessivos ou estagnação e desemprego elevado. Enquanto isso os BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) emergem como nova realidade no sistema internacional, com a economia chinesa em vias de ultrapassar a dos Estados Unidos (já superou a do Japão). Já a Rússia cambaleante de Ieltsin, dos anos 1990, deu lugar à assertiva e, aparentemente, desafiante de Putin.

Sólidos regimes autoritários no Oriente Médio foram rapidamente varridos do mapa pela Primavera Árabe de 2011, sendo que a desintegração da Líbia, do Iraque e da Síria já é realidade, com o Iêmen seguindo para o mesmo caminho. Outros países da região são uma incógnita, como o Egito, o Irã, a Turquia, o Paquistão, o Afeganistão e as petromonarquias do Golfo, especialmente a Arábia Saudita. Já a África, após uma segunda década perdida nos anos 1990, surpreendeu os analistas com seu rápido crescimento econômico, fruto tanto

de ações internas como da presença econômica dos BRICS no continente. De vazio estratégico, o continente passou à zona de disputa por recursos naturais, especialmente petróleo, minérios e alimentos.

Na América Latina, os governos neoliberais foram substituídos por partidos de esquerda, que seguem quase as mesmas políticas de seus adversários (embora com ações sociais) e projetos contraditórios, geralmente se apoiando em governos de coalizão. O Brasil de Lula realizou notável projeção diplomática e econômica internacional. Mas sua sucessora, Dilma Rousseff, não deu continuidade a seus projetos e a integração sul-americana parece paralisada, devido à crise econômica argentina e venezuelana, à falta de liderança e vontade política e à rivalidade persistente inclusive entre governos da mesma coloração política. Depois do aparente início de uma Nova Era econômica, os latino-americanos parecem recuar de volta aos velhos problemas.

O terrorismo já não representa uma ameaça dentro dos países poderosos (que investiram bilhões em segurança), mas se espalhou para regiões mais débeis, fragmentando Estados e criando desgaste militar para o Ocidente. O terrorismo de grupos como a Al Qaeda, foi superado pelo ainda mais radical e eficiente do Estado Islâmico ou do Boko Haram. O nome de bin Laden mal é lembrado hoje. Guerras localizadas se multiplicam, com consequências econômicas preocupantes, desestabilizando amplas regiões estratégicas. E as grandes potências, velhas e novas, parecem viver de ações de curto prazo, sem uma perspectiva estratégica claramente definida.

O caos das megacidades, que crescem aceleradamente e se multiplicam pelo planeta, saturadas de automóveis e criminalidade (local e transnacional), se soma aos problemas ambientais, climáticos e demográficos. Se, por um lado, a população mundial cresce cada vez mais lentamente, por outro, ela envelhece rápido e produz crescentes migrações do Sul para o Norte, gerando tragédias e xeno-

fobia. A Era da grande mobilidade, social e espacial, também é a do medo e da incerteza face ao futuro. E não apenas o comércio e os investimentos cruzam as fronteiras, mas, igualmente, os delitos transnacionais, como o tráfico de armas, drogas, pessoas e lavagem de dinheiro.

Seria tentador afirmar que as promessas do século XXI estão sendo frustradas, dando lugar a um cenário catastrófico. Mas a realidade histórica tem duas faces. A alfabetização, digitalização e inclusão social são fenômenos universais inegáveis, ainda que temperados por uma crescente desigualdade e um hiperindividualismo. A tese do empobrecimento generalizado, assim como a de Malthus¹ no passado, simplesmente não se cumpriu. Produtos baratos vindos da Ásia ampliaram a sociedade de consumo para nações e classes sociais antes excluídas, integrando bilhões de pessoas, mas com inegáveis e graves impactos ambientais.

Há uma transformação profunda em marcha, e seus efeitos agregadores e desagregadores se manifestam simultaneamente. Sob a superfície da pós-modernidade do Norte (e suas ramificações meridionais), o Sul emerge e influencia o rumo dos acontecimentos. Mesmo a aparente loucura da realidade cotidiana do Oriente Médio faz parte de um processo de modernização em marcha, como bem o demonstrou o historiador e demógrafo francês Emmanuel Todd. A Europa, com suas guerras religiosas, também viveu uma experiência semelhante nos séculos XVI e XVII. Em meio à violência aparentemente caótica, havia um mundo novo nascendo. Como hoje, com o ressurgimento de antigos impérios terrestres e novos fluxos mundiais, dentro de uma nova geografia econômica.

¹ Malthus previa fome generalizada, pois considerava que a população crescia numa progressão geométrica enquanto a produção de alimentos crescia numa progressão aritmética.

INTRODUÇÃO

A compreensão da realidade e das tendências do século XXI é problemática, não mais pela falta de informações, mas pelo seu excesso. Como separar o relevante do efêmero? É necessário entender os movimentos históricos atualmente em curso e não se deixar impressionar pelo sensacionalismo ou pelo catastrofismo propagados exageradamente através dos grandes meios de comunicação. Numa forma ensaísta, essa obra, que condensa a experiência de 35 anos de ensino e pesquisa, busca auxiliar o leitor a compreender as tendências que se ocultam por detrás da aparente incerteza vivida nesse início de século XXI.

Oxford/Porto Alegre

O FIM DA MODERNIDADE, A CRISE DO SOCIALISMO E O NOVO LIBERALISMO



A antessala do século XXI foi caracterizada pelo desgaste de um mundo moderno e racionalista em que a política estava claramente dividida entre socialismo e capitalismo, entre direita (liberal ou autoritária) e esquerda (evolucionária ou revolucionária). Elas tinham seus projetos e aglutinavam a opinião pública. Mas nos anos 1970 se inicia o desgaste do modelo fordista e keynesiano, que era caracterizado pela regulação do Estado e pela sociedade de bem-estar social.

Os EUA foram os mais atingidos inicialmente, pois arcavam com a maior parte dos custos de defesa do “Mundo Livre”, especialmente durante a Guerra do Vietnã, e tinham de enfrentar a crescente concorrência japonesa e europeia. A crise resultante teve como resposta uma mudança na estrutura do capitalismo, que adota formas flexíveis (que dariam origem ao neoliberalismo), maciça inovação tecnológica e liberalização externa, ou globalização. Elas gerariam a emergência do mundo pós-moderno, a crise das esquerdas, o colapso da URSS e o fim da Guerra Fria.

O NEOLIBERALISMO E A GLOBALIZAÇÃO

Durante os anos 1960, a Alemanha e o Japão alcançaram e ultrapassaram os Estados Unidos em vários campos da economia, enquanto este País tinha crescentes dificuldades em arcar com as despesas militares, pois na Guerra do Vietnã apresentaram déficits orçamentários e comerciais. Mas esses eram sintomas de um problema estrutural: a crise do modelo de acumulação do pós-guerra, assentado no paradigma fordista-keynesiano (modelo baseado na produção em grande escala em linha de montagem, apoiada pela intervenção do Estado em apoio à economia e à distribuição de renda).

O capitalismo baseado em indústrias motrizes — como automóveis e outros bens de consumo duráveis — encontrara seus limites por razões como a rigidez produzida pela exigência político-ideológica de garantir pleno emprego e conceder aumentos salariais reais continuamente. Isso conduziu ao declínio da taxa de crescimento e, logo, da taxa de lucro. Além disso, o tipo de indústrias em que se baseava o *american way of life* requeria investimentos de porte cada vez maior, tais como a urbanização e a construção de infraestruturas rodoviárias e de serviços. E a divisão mundial do trabalho então existente tornava-se um entrave para o desenvolvimento desse modelo.

Para enfrentar esse conjunto de problemas, os EUA desencadearam uma contraofensiva estratégica, primeiramente no campo político-ideológico, depois no âmbito diplomático-militar e, finalmente, na esfera econômico-financeira-tecnológica. A preparação ideológica partiu do Clube de Roma (uma ONG que agrega expoentes empresariais, políticos, acadêmicos e burocráticos, especialmente de países da OCDE), o qual deu o sinal de alarme, anunciando o iminente esgotamento dos recursos naturais e das fontes de energia não-renováveis, ao mesmo tempo em que denunciava, em clima de pânico,

o crescimento populacional e a destruição do meio ambiente. Era a defesa do *crescimento zero*, que legitimava o controle demográfico e os movimentos ecológicos, elementos necessários para uma política ampla de reconversão produtiva. A dimensão diplomático-militar dessa estratégia teve como elemento central a aliança Washington-Pequim e o desengajamento parcial americano em questões locais de segurança, repassando tarefas militares locais a aliados regionais.

No âmbito das questões econômicas, Nixon decretou em 1971 o fim da paridade do Dólar em relação ao ouro e adotou medidas comerciais protecionistas, com o intuito de recuperar a competitividade da economia americana. Paralelamente, iniciou no mesmo ano uma política de aumentos reais escalonados no preço do petróleo. Os EUA, apesar de uma dependência considerável em importações, eram grandes produtores de petróleo, matérias-primas e alimentos. E foram justamente esses produtos que conheceram um aumento significativo, afetando a economia internacional e impulsionando o processo de reconversão econômica global. Esse foi o ponto de partida da crise econômica mundial do capitalismo.

Em 1973, na esteira da Guerra do Yom Kippur, os países árabes aumentaram o preço do petróleo em quatro vezes, além de decretarem um embargo temporário contra os países que haviam apoiado Israel. Ora, considerando que os Estados Unidos importavam menos de 10% de seu petróleo do Oriente Médio, não é difícil constatar que o Japão e a Europa ocidental foram os maiores afetados pelo embargo. É importante salientar, ainda, que a maioria esmagadora dos membros da OPEP era aliada dos Estados Unidos e que este País também possuía ampla ascendência sobre as empresas transnacionais desse setor. Assim, essa manobra atingia particularmente as ascendentes economias japonesa e europeia, não-produtoras de combustíveis (como também deficitárias em matérias-primas e alimentos).

O aumento do preço do petróleo, das matérias-primas e dos alimentos, ainda que afetando o conjunto da economia capitalista mundial, deixou os Estados Unidos em uma posição de nítida vantagem na corrida para a reestruturação econômica que se iniciava. Além disso, alguns países do Terceiro Mundo se beneficiariam em certa medida com os aumentos de preços, qualificando-se para desempenharem o papel de potências locais, com as quais os Estados Unidos dividiriam as tarefas de gendarme. Alguns desses países, inclusive, seriam beneficiados com a possibilidade de acumular recursos para industrializar-se, o que viria ser reforçado em breve pela transferência de indústrias para a periferia. Outro dado curioso é que a União Soviética também teria certo papel a desempenhar na estratégia americana.

O primeiro ponto a ser atacado foi a própria organização do trabalho, fator imprescindível para a compreensão da reorganização do capitalismo em escala mundial. A resistência dos operários aos métodos de trabalho taylorista e fordista e os aumentos reais de salário limitaram o crescimento da produtividade do trabalho e ocasionaram uma progressiva queda da taxa de lucro. A introdução do trabalho temporário, das técnicas de “relações humanas” e das equipes de trabalho por tarefa produziram resultados limitados. Elaboraram-se, então, estratégias mais amplas para responder à queda da taxa de lucro: a inflação, a redução de salários e a utilização de trabalhadores do Sul no Norte.

A nova divisão internacional do trabalho, a par de suas especificidades intrínsecas, constitui sobretudo uma manifestação da crescente concorrência internacional que caracteriza o processo de reestruturação econômica mundial. Para as nações de desenvolvimento maduro, retomar o crescimento implica competir e vencer o rival. Assim, a *competitividade* passa a ser o motor da globalização, tal como no início do século XX o fora a noção de *progresso* e após

a Segunda Guerra Mundial a de *desenvolvimento*. Maior competitividade significa alcançar maior produtividade, o que, por sua vez, é obtido incrementando-se o emprego de tecnologia e reduzindo os custos de matéria-prima e mão de obra. Assim, configura-se a Revolução Científico-Tecnológica (RCT), fenômeno que se torna um instrumento primordial da globalização.

Entre 1870 e 1970 a tecnologia não sofreu alterações qualitativas, exceção feita à aviação e à bomba atômica, que afetavam principalmente o domínio militar. A adoção da RCT (Revolução Científico-Tecnológica) representou, nesse contexto, uma *decisão político-estratégica*, não sendo apenas uma decorrência da crise do petróleo. A articulação de um salto tecnológico objetivava recuperar e redimensionar a acumulação de capital, esvaziar as conquistas trabalhistas, manter a vanguarda e a dominação sobre a economia dos países periféricos e anular os avanços produtivos obtidos pelo campo socialista. Deve-se assinalar que a nova divisão internacional da produção e a revolução tecnológica desencadearam a III Revolução Industrial e um intenso movimento de globalização produtiva e financeira, e que esse processo transcorreu num quadro de crise recessiva e de crescente concorrência comercial entre os polos que pretendiam liderar o processo.

Ao lado da estruturação de uma nova divisão internacional da produção, e como parte dela, impulsionou-se a RCT, principalmente nas áreas de informática, comunicação, biotecnologia, robótica e supercondutores. O desenvolvimento tecnológico passou a ser obtido através da pesquisa científica intensiva e previamente planejada, sendo imediatamente empregada na economia, deixando assim de ser um resultado decorrente da evolução da produção. Através da informatização, automação e robotização, a RCT desencadeou uma mudança estrutural na produção.

O fordismo, até então dominante, estava assentado na produção em massa que requeria mecanismos rígidos, produção contínua e grandes séries de um mesmo produto. Já “as fábricas flexíveis — que também requerem um uso contínuo para garantir sua amortização, devido aos ritmos mais rápidos de obsolescência — logram uma alta rentabilidade na fabricação de séries mais curtas de uma gama de produtos diferentes, que se dirigem a distintos mercados segmentados. Por sua vez, as redes teleinformáticas ligadas à produção flexível melhoram significativamente a gestão e administração do trabalho nas fábricas e o fluxo de insumos e inventários, vinculando estreitamente o desenho, a fabricação e as demandas em tempo real. Dessa forma, se podem controlar os distintos ritmos produtivos sem a necessidade de acumular estoques para abastecimento ou produtos terminados para a venda”.¹

A nova divisão internacional da produção constitui um elemento estrutural do processo de recomposição do capitalismo em crise, configurando o fenômeno da globalização financeira e produtiva. Os setores industriais criados na Primeira e na Segunda Revolução Industrial (têxteis e siderurgia, principalmente) têm primazia no processo de transferência empresarial para a periferia, assim como o têm determinados ramos de eletrodomésticos, eletrônica, audiovisuais, artigos simples de consumo, automóveis, além de outros que utilizam intensivamente a força de trabalho.

Um dos fatores determinantes do processo de recomposição do capitalismo foram os baixos salários pagos aos trabalhadores da região, além da quase ausência de legislação social. Outro elemento decisivo foi que as áreas escolhidas para a instalação das indústrias ofereciam facilidades fiscais. Os impostos cobrados às empresas transnacionais nas plataformas de exportação são pequenos, pois os

¹ ARGUMEDO, Alcira. *Los silêncios y lãs vocês em America Latina*. Buenos Aires: Ed. del Pensamiento Nacional, 1996. p.69.

próprios governos pagam a maioria das taxas de administração, defesa, segurança e de infraestrutura. Em 1971, as taxas fiscais eram de 35 a 40% do PIB nos países desenvolvidos, contra 15% no Terceiro Mundo, onde, ainda, havia maior facilidade da fraude fiscal.

O controle ambiental cada vez mais rigoroso e oneroso no Primeiro Mundo foi, ainda, um fator adicional no estímulo à transferência de indústrias para países da periferia, onde a poluição ocorria impunemente. É interessante observar que nessa época começaram a se estruturar os movimentos ecologistas no Hemisfério Norte, cada vez mais articulados politicamente, enquanto o Clube de Roma (organização não-governamental criada para esse fim, como explicado anteriormente neste capítulo) propugnava pelo *Crescimento Zero* desde 1972. Fala-se cada vez mais no uso de novas formas de energia e em tecnologias que economizem e sintetizem matérias-primas não-renováveis, geralmente produzidas pelos países do Terceiro Mundo, ao lado de uma intensa campanha contra a energia nuclear.

O resultado obtido, como forma de enfrentar a crise, é satisfatório, pelo menos a médio prazo. As indústrias instaladas na periferia, voltadas para a exportação ou elaboração apenas de parte de uma mercadoria, exigem meios de transporte baratos e eficazes para vencer as enormes distâncias geográficas. As novas tecnologias do transporte, como os contêineres, as linhas aéreas de carga, as telecomunicações e a informatização vão permitir tanto a exportação eficaz como a distribuição das etapas de produção ao redor de todo o planeta. A globalização da produção aprofunda-se rapidamente.

No plano das relações econômicas internacionais, as transferências respondem também à competição entre potências capitalistas. Estas procuravam instalar suas indústrias na periferia dos rivais comerciais e industriais, como forma de obter uma maior competitividade na conquista do mercado interno adversário.